

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO COMPROMISSO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CAMPUS LAGOA DO SINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

UNIVERSITY EXTENSION AS SOCIAL COMMITMENT: AN ANALYSIS BASED ON THE LAGOA DO SINO CAMPUS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SÃO CARLOS

Submissão:
31/10/2025
Aceite:
16/03/2026

Joyce Fico Ramalhães de Souza ¹  <https://orcid.org/0000-0003-2470-4312>
Bruno Rafael Santos de Cerqueira ²  <https://orcid.org/0000-0002-2625-9788>

Resumo

Este artigo analisa a extensão universitária no campus Lagoa do Sino da Universidade Federal de São Carlos. Considera seu contexto de criação, seu desenvolvimento e as particularidades de um campus rural localizado em região de baixo IDH. O objetivo foi identificar como a extensão é apresentada nos documentos institucionais e como se materializa nas práticas acadêmicas. A metodologia utilizada foi a análise documental, envolvendo o Plano de Desenvolvimento Institucional, a Proposta de Implementação do campus, o Regimento Geral de Extensão, relatórios de gestão e registros de atividades curriculares de extensão. Os resultados indicam que a extensão é descrita como um mecanismo estratégico de desenvolvimento regional. Também evidenciam que as ações se concretizam por meio de práticas educativas, culturais e científicas que articulam ensino, pesquisa e extensão e dialogam com a comunidade local. Conclui-se que, no campus Lagoa do Sino, a extensão assume um compromisso social e cultural alinhado às demandas do território.

Palavras-chave: Educação Superior. Desenvolvimento Regional. Integração Universidade-Comunidade.

¹ Doutoranda da Universidade Federal do ABC – UFABC joyce.ficoramalhaes@gmail.com.

² Professor da Universidade Federal do ABC – UFABC bruno.cerqueira@ufabc.edu.br.

Abstract

This article analyzes university extension activities at the Lagoa do Sino campus of the Federal University of São Carlos. It examines the campus's creation, development, and the specific characteristics of its rural setting in a region with low Human Development Index (HDI). The aim was to identify how extension is represented in institutional documents and how it is developed in everyday academic practices. The study employed a documentary analysis of the Institutional Development Plan, the Campus Implementation Proposal, the General Extension Regulations, management reports, and records of curricular extension activities. The results indicate that extension is described as a strategic mechanism for regional development. They also show that extension practices occur through educational, cultural, and scientific actions that integrate teaching, research, and extension while fostering dialogue with the local community. The study concludes that, at Lagoa do Sino, extension work embodies a social and cultural commitment aligned with the needs of the territory.

Keywords: Higher Education. Regional Development. Community Engagement.

Introdução

A universidade pública brasileira consolidou-se historicamente como uma instituição social cuja missão está assentada em três pilares fundamentais: ensino, pesquisa e extensão. Prevista na Constituição Federal de 1988, a indissociabilidade entre essas dimensões representa um princípio estruturante para a produção e a socialização do conhecimento. No entanto, enquanto ensino e pesquisa se apresentam como práticas mais consolidadas e institucionalmente valorizadas, a extensão universitária tem trilhado um percurso de reconhecimento mais recente, permeado por disputas conceituais e por desafios para sua efetivação (Santos; Rocha; Passaglio, 2016; Gadotti, 2017). Nesse sentido, a extensão configura-se como um campo que merece atenção nas pesquisas, especialmente no que se refere a sua inserção institucional.

Nesse cenário, os documentos institucionais desempenham papel central. Normativas como os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), os Regimentos Gerais de Extensão e as resoluções internas das universidades constituem não apenas instrumentos orientadores, mas também espaços discursivos nos quais a extensão é enunciada, definida e legitimada. Esses materiais, ao serem analisados, podem revelar aspectos das disputas, tensões e intencionalidades que atravessam a institucionalização da extensão, bem como os sentidos atribuídos a ela nos projetos universitários.

No caso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o Campus Lagoa do Sino, foco do presente estudo, configura-se como um espaço singular para observar essas questões. Inaugurado em 2014, em uma região rural de baixo Índice de Desenvolvimento Humano, o campus nasceu sob a marca de um compromisso explícito com o desenvolvimento regional, a agricultura familiar, a sustentabilidade e a segurança alimentar (Feltre; Paulillo, 2013). Desde a concepção do projeto, os documentos

institucionais da UFSCar destacaram a centralidade da extensão como eixo norteador, atribuindo-lhe um papel estratégico na articulação entre universidade e território. Esse contexto específico precisa ser analisado, dado que pode apontar caminhos para a estruturação e reconhecimento da extensão universitária em outras instituições.

Diante disso, este artigo busca identificar de que maneira a extensão universitária é retratada nos documentos que regem a UFSCar, com especial atenção ao campus Lagoa do Sino. Ao investigar como a instituição enuncia esse pilar em seus instrumentos normativos e planejadores, pretende-se compreender as concepções que embasam a prática extensionista, as prioridades temáticas estabelecidas e os sentidos atribuídos ao compromisso social da universidade. Tal análise contribui para o debate sobre os caminhos da extensão universitária no Brasil, especialmente em contextos regionais em que sua atuação é concebida como estratégia para o desenvolvimento social, econômico e cultural. Para tanto, é necessário compreender o processo histórico que moldou a extensão universitária, desde suas origens até sua institucionalização nas políticas nacionais e nas práticas das Instituições de Ensino Superior.

Histórico: origens, legislação e institucionalização

A extensão universitária, enquanto dimensão formativa das Instituições de Ensino Superior (IES), possui um percurso histórico marcado por disputas conceituais e transformações institucionais. No cenário internacional, suas primeiras manifestações remontam ao século XIX, com destaque para experiências na Inglaterra, em Cambridge e Oxford, que ofertavam cursos voltados à população não universitária (Mirra, 2009; Paula, 2013). Posteriormente, nos Estados Unidos, a criação da American Society for the Extension of University Teaching, em 1892, consolidou um modelo de interação entre universidades e comunidades, especialmente em regiões rurais, evidenciando a potência da extensão para o desenvolvimento social e tecnológico (Mirra, 2009).

No Brasil, a extensão foi incorporada mais tardiamente às universidades, sendo formalmente reconhecida apenas com a Lei n.º 5.540/1968, que determinou que as instituições deveriam estender à comunidade os resultados de seu ensino e pesquisa. Contudo, foi a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, elevando esse princípio a diretriz constitucional para a educação superior. A partir desse marco, surgiram políticas e instâncias voltadas ao fortalecimento da extensão, como o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), criado em 1987, responsável por consolidar conceitualmente a extensão como processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2001).

Nas décadas seguintes, outras normativas reforçaram seu papel, como a criação do Plano Nacional de Extensão Universitária (2011), que orientou as ações extensionistas em nível nacional, e a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabeleceu a obrigatoriedade de inserção de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação em programas e projetos de extensão. Tais instrumentos evidenciam a crescente institucionalização da extensão no Brasil, ao mesmo tempo, em que ressaltam o desafio da chamada “curricularização da extensão”, ainda em processo de implementação nas universidades (Mota; Tena; Séllos-Knoerr, 2019). Nesse percurso de consolidação normativa, emergem distintas concepções de extensão que orientam sua efetivação nas universidades, sendo fundamental destacar, a seguir, os alguns referenciais teóricos que estruturam esse debate.

Concepções teóricas: Freire - extensão dialógica x assistencialista

Torna-se importante compreender a extensão como processo educativo, cultural e científico, responsável por promover a interlocução entre universidade e sociedade e por articular-se de modo transformador com a realidade na qual a instituição está inserida (FORPROEX, 2001). Ao constituir um espaço de vivência e construção de conhecimento para além da sala de aula, a extensão possibilita que estudantes atuem de forma crítica e engajada diante das demandas sociais. Entretanto, apesar de sua relevância, muitas iniciativas ainda são reduzidas a ações pontuais, cursos breves ou práticas assistencialistas, o que dificulta sua consolidação enquanto atividade formativa integrada ao ensino e à pesquisa (Silva, 2020).

Nesse contexto, torna-se necessário analisar o conteúdo, o propósito e o impacto das ações extensionistas, a fim de compreender com maior precisão seus avanços e seus limites nas universidades. Fraga (2012) e Paula (2013) destacam que as concepções de extensão não são homogêneas, uma vez que seu grau de institucionalização varia conforme normas internas, estruturas administrativas, recursos disponíveis e formas de articulação com o ensino e a pesquisa. Assim, diferentes experiências e entendimentos, por vezes complementares, por vezes conflitantes, coexistem nas instituições, influenciados tanto por fatores históricos quanto por dinâmicas institucionais e conjunturais.

Nesse debate, autores como Santos, Rocha e Passaglio (2016) e Gadotti (2017) defendem a extensão como prática dialógica e transformadora, afastando-se de modelos assistencialistas que a reduzem a mera prestação de serviços. Freire (1987), por sua vez, argumenta que a extensão só cumpre seu papel quando concebida como comunicação baseada no diálogo e na valorização dos saberes populares, evitando processos unilaterais de invasão cultural. Desse modo, a extensão universitária deve ser entendida como prática emancipadora, na qual universidade e sociedade constroem conhecimento de maneira compartilhada.

Nesse sentido, o referencial teórico que orienta este estudo reconhece a extensão universitária como campo marcado por tensões entre práticas assistenciais e concepções críticas, entre normativas institucionais e práticas cotidianas, entre diretrizes nacionais e particularidades regionais. É nesse espaço de disputas que os documentos institucionais adquirem relevância: ao definirem princípios, objetivos e diretrizes, eles materializam concepções de extensão que impactam diretamente sua prática e sua inserção na universidade. Assim, a análise documental apresentada nas próximas seções busca evidenciar as concepções que orientam a instituição e compreender como tais escolhas se refletem nos modos de institucionalização da extensão universitária.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, cujo propósito é compreender os significados atribuídos a fenômenos sociais e institucionais, neste caso, à extensão universitária no campus Lagoa do Sino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Conforme Taylor e Bogdan (1994), a pesquisa qualitativa permite captar interpretações, sentidos e contextos, indo além da mensuração de variáveis. Já Gil (1996) ressalta que a pesquisa descritiva tem como finalidade primordial a descrição de características de determinado fenômeno, buscando detalhar como ele se apresenta. Assim, este estudo pode ser caracterizado como um estudo de caso (Silva, 2015), uma vez que se concentra em uma unidade específica, o campus Lagoa do Sino, e visa aprofundar o conhecimento sobre sua experiência extensionista a partir da análise dos documentos que regem sua constituição e funcionamento.

O lócus da pesquisa é o campus Lagoa do Sino, inaugurado em 2014, a partir da doação da Fazenda Lagoa do Sino, localizada no município de Buri, região sudoeste do estado de São Paulo. A escolha desse campus deve-se à sua singularidade: trata-se de uma instituição implantada em um território rural e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, onde a extensão universitária foi concebida como um eixo central desde o processo de implementação, vinculada diretamente ao compromisso com o desenvolvimento regional e social.

Para atender ao objetivo proposto neste artigo, a coleta de dados concentrou-se na análise documental, entendida como o procedimento que utiliza métodos e técnicas para apreender e interpretar documentos de diferentes naturezas (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). A seleção dos documentos analisados seguiu o critério de pertinência em relação ao objetivo da pesquisa, priorizando aqueles capazes de evidenciar como a extensão universitária foi pensada e implementada no campus Lagoa do Sino ao longo do tempo. Assim, foram incluídos desde os primeiros registros institucionais vinculados ao projeto de criação do campus até documentos mais recentes, datados de 2023, os quais estão descritos no Quadro 1:

Quadro 1 - Documentos analisados.

Documento	Descrição
Proposta de Implementação do Campus Lagoa do Sino	Explicita os objetivos da instalação do campus e os compromissos assumidos com a região
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018–2022	Documento orientador para todos os campi da UFSCar. Apresenta diretrizes estratégicas e metas institucionais, incluindo aquelas voltadas à extensão.
Regimento Geral da Extensão da UFSCar	Aprovado pela Resolução CoEx nº 03/2016, que define objetivos, modalidades e atribuições da extensão universitária na instituição.
Relatórios de Gestão da UFSCar (2017 a 2020)	Descrevem as ações desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas a extensão.
Registros de Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs).	Atividades curriculares complementares inseridas nos currículos de graduação e abertas à comunidade.

Fonte: Autoria própria (2025).

A escolha desses documentos permitiu compor uma linha do tempo: primeiramente, analisou-se a concepção inicial do campus, com ênfase nos compromissos extensionistas estabelecidos em sua fundação; em seguida, as diretrizes institucionais mais amplas, como o PDI e o regimento da extensão; por fim, documentos de gestão e registros de ações, que permitem observar como tais diretrizes foram operacionalizadas. Com essa estrutura de análise definida, passa-se à apresentação dos resultados, buscando evidenciar como as concepções e diretrizes identificadas se materializam nos diferentes tipos de documentos.

Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados a partir da análise de cada uma das cinco tipologias de documentos já mencionados, a partir de elementos e dados da extensão universitária que se fazem presentes neles.

Extensão universitária no PDI: compromisso regional e responsabilidade social

O PDI é datado de 2014, ou seja, ano de criação do campus Lagoa do Sino, e foi analisado na totalidade; porém, duas sessões ganharam notoriedade consoante os objetivos dessa pesquisa: 6.1.4 - Campus Lagoa do Sino e 6.6 - Políticas de Extensão.

Ao longo da sessão Campus Lagoa do Sino, há uma narrativa a respeito da história do campus, desde a doação da fazenda até a descrição do local de implementação, ressaltando a cultura agrícola do local e agregando informações socioeconômicas que se alinham com as aqui apresentadas anteriormente. Ressaltam-se as informações de rendimento médio dos trabalhadores da região, que é de 1,7 salário mínimo, e o nível de escolaridade, que permanece alto apenas na faixa dos 6 aos 14 anos. Tratando-se das políticas de extensão, destaca-se uma das diretrizes pautadas no PDI:

Desenvolvimento de projetos de extensão que oportunizem a aplicação dos conhecimentos nas áreas dos cursos oferecidos, com fins de melhoria da qualidade de vida humana e do meio ambiente da sociedade em que a universidade está inserida, com impactos às comunidades local, regional e nacional (PDI, p. 10, 2013).

O documento enfatiza a importância de alinhar a construção do conhecimento do discente aos impactos positivos da comunidade do entorno. Ainda, ao longo das seções, deixa claro que as políticas de extensão da Universidade Federal de São Carlos estão alinhadas à Política Nacional de Extensão, estabelecida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas. Além disso, reforça-se o ideal de comprometimento e responsabilidade social da Universidade no desenvolvimento de atividades interligadas às demandas de vários segmentos da população, por meio de ações de extensão. Ainda, atribui-se à Pró-Reitoria de Extensão (PROEx), a gestão das atividades de extensão realizadas pela instituição.

Ressalta-se que, ao longo de todo o documento, observam-se afirmações sobre o estabelecimento de relações com a comunidade, por meio de centros de ensino da educação básica que promovem a capacitação de professores, valorizando a diversidade cultural da região. Além disso, o documento afirma, em parágrafos como o 3.1.48, que pretende promover mecanismos de ampliação que oportunizem a participação da comunidade acadêmica em projetos de extensão. Afirmativas como estas alinham-se com o que se espera da extensão universitária: indissociabilidade, valorização dos saberes regionais e culturais e integração do conhecimento.

Chama a atenção, no documento, o compromisso com as especificidades locais e a forma como essa relação de diálogo pode contribuir tanto para a formação dos estudantes quanto para a melhoria da região e, conseqüentemente, da população de seu entorno. Essa perspectiva está em consonância com o que foi estabelecido pelo Forproex (2001), que compreende a extensão como um processo dialógico no qual a comunidade acadêmica leva à sociedade a práxis do conhecimento produzido na universidade e, em contrapartida, retorna com aprendizagens que, reelaboradas teoricamente, enriquecem e ampliam o próprio saber acadêmico.

Tal concepção, como ressalta Serrano (2013, p. 11), é próxima da perspectiva freireana, pois pressupõe uma “relação dialética, a sistematicidade, o reconhecimento do outro e de sua cultura, bem como a apropriação crítica do conhecimento, com liberdade para transformá-lo. Evidencia-se, portanto, que, em um contexto no qual muitas instituições relegam a extensão a um plano secundário dentro do tripé universitário, a universidade analisada demonstra clareza e fundamentos sólidos para sustentar sua prática extensionista. Essa orientação revela que o PDI

adota uma concepção mais dialógica de extensão, alinhada ao compromisso social que estrutura as políticas nacionais da área.

Proposta de implementação do campus

Lagoa do Sino: extensão voltada ao desenvolvimento regional

A Proposta de Implementação do Campus Lagoa do Sino foi elaborada com o objetivo de apresentar um conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão que orientaram a criação e o desenvolvimento desse campus rural da UFSCar. Trata-se de um documento estruturado como projeto, que estabelece os princípios fundamentais para a instituição e, especialmente, para sua relação com a comunidade regional.

No que se refere à extensão, o texto explicita eixos norteadores, entre os quais se destaca o “Desenvolvimento Sustentável Territorial (compromisso com a realidade regional do futuro campus da UFSCar)” (UFSCar, 2015, p. 11). Esse princípio é desdobrado em diretrizes que reafirmam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a necessidade de ancorar as ações acadêmicas no diálogo com a realidade local.

Entre os pontos enfatizados estão:

Respeitar a inteligência e a cultura da região, valorizando os saberes vinculados às práticas agrícolas e pecuárias;

Participar do desenvolvimento regional, articulando pesquisa e extensão à solução de problemas sociais e econômicos, conforme o trecho: “É da maior relevância que haja uma perspectiva de pesquisa para o desenvolvimento do conhecimento e para a solução de problemas da sociedade” (UFSCar, 2011, p. 13);

Promover ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, reforçando o tripé universitário como prática indissociável;

Valorizar as atividades agrícolas locais, com destaque para a manutenção da fazenda como espaço produtivo e de geração de conhecimento aplicado, conforme registrado: “Manter a área da fazenda em condições de produção anual e posterior comercialização de seus produtos agrícolas e agroindustriais, de modo a subsidiar algumas das atividades do novo campus por meio de programas de extensão” (UFSCar, 2011, p. 35).

O documento também estabelece paralelos com o campus de Sorocaba, ressaltando princípios comuns de sustentabilidade, compromisso social e integração das áreas de conhecimento:

Outro ponto marcante é o da busca de equilíbrio entre as áreas de conhecimento, a ampliação da diversidade de cursos e a promoção da inserção do ensino, da pesquisa e da extensão da UFSCar. Há também o esforço de compreensão, busca de soluções para problemas nacionais, regionais e locais da realidade brasileira e o foco em sustentabilidade (UFSCar, 2013, p. 10).

Uma seção específica, intitulada “Atividades de extensão com a comunidade”, propõe o diálogo entre comunidade acadêmica e regional a partir de práticas participativas, destacando a experimentação conjunta, a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento. Nessa perspectiva, a extensão aparece não apenas como via de difusão, mas como processo que gera resultados sustentáveis, com potencial de continuidade na própria comunidade após a finalização das ações acadêmicas.

Nesse sentido, Silva (2022) destaca que a extensão universitária, quando constituída a partir da constante interação entre instituições de ensino, comunidade e movimentos locais, pode gerar resultados em que todos os envolvidos ganham contornos que transcendem uma concepção extensionista assistencialista e/ou mercadológica, gerando benefícios para a região.

Outro aspecto de destaque refere-se à definição dos principais beneficiários das ações extensionistas: agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Tal delimitação reforça a identidade do campus como uma instituição comprometida com o desenvolvimento regional, priorizando atividades práticas e vivenciais capazes de responder às demandas e especificidades da população local. Souza e Cerqueira (2024), ao analisarem em detalhes os projetos de extensão do campus, identificaram que grande parte dessas iniciativas inclui a comunidade local como público-alvo. Contudo, os autores apontam a necessidade de avanços nesse alinhamento, de modo a promover uma relação mais horizontalizada entre universidade e comunidade.

Por fim, cabe sublinhar que, diferentemente de documentos mais gerais da UFSCar, a Proposta de Implementação do Lagoa do Sino enfatiza a valorização dos conhecimentos populares, reconhecendo sua relevância para a construção de um projeto extensionista enraizado no território. Tal orientação se articula a uma compreensão mais ampla de universidade, que envolve o fortalecimento do desenvolvimento regional não apenas sob o viés econômico, científico e tecnológico, mas também contemplando dimensões sociais, culturais e ambientais, em diálogo com movimentos locais, o Estado e demais setores (Olachea, 2011).

Regimento Geral da Extensão na UFSCar:

diretrizes normativas e concepções de integração universidade–sociedade

O Regimento Geral da Extensão da UFSCar, publicado em março de 2016, estabelece as normas que orientam as atividades extensionistas nos quatro campi da instituição. Logo em seu artigo inicial, o documento reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, definindo a universidade como espaço de integração e difusão do conhecimento humano.

O artigo 2 apresenta a concepção institucional de extensão, destacando seu caráter interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político:

São consideradas ações de extensão universitária aquelas voltadas para o objetivo de tornar acessível à sociedade o conhecimento de domínio da UFSCar, seja de sua própria produção, seja pela sistematização do conhecimento universal disponível em um processo acadêmico, interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora da Universidade e da sociedade (UFSCar, 2016, p. 1).

Essa definição enfatiza a extensão como processo de troca e transformação, e não como mera transferência de saberes, destacando a necessidade de uma linguagem acessível e de uma atuação fundamentada no reconhecimento das demandas da comunidade. Nesse sentido, o regimento ressalta a importância de diagnosticar necessidades sociais para orientar as ações extensionistas, reforçando o caráter dialógico da relação universidade–sociedade. Tal perspectiva converge com a compreensão de que ensino, pesquisa e extensão devem ser trabalhados de forma indissociável, promovendo a formação de atores sociais qualificados e comprometidos com a realidade local (Aguiar et al., 2020). Nessa direção, o diálogo assume centralidade como prática existencial, entendida como encontro que articula reflexão e ação em prol da transformação e humanização do mundo, e não como mera transmissão ou simples troca de ideias (Freire, 1987).

O art. n.º 6 sistematiza os objetivos da extensão na instituição, entre os quais se destacam: otimizar o intercâmbio entre universidade e sociedade; ampliar a utilização social do conhecimento produzido; produzir estudos sobre a apropriação de saberes pela população; avaliar as contribuições da UFSCar para o desenvolvimento social; articular ensino e pesquisa às necessidades sociais; e preservar e difundir conhecimentos acadêmicos e populares (UFSCar, 2016). Dessa forma, observa-se que o regimento atribui centralidade à extensão universitária como instrumento de desenvolvimento regional e de valorização dos saberes locais. Ao mesmo tempo, o documento explicita a expectativa de que as práticas extensionistas sejam planejadas, avaliadas e legitimadas institucionalmente, alinhando-se às concepções críticas e transformadoras defendidas por Freire (1969) e pelo FORPROEX (2006).

Relatórios de Gestão (2017–2020): avanços institucionais, desafios orçamentários e consolidação extensionista

Os relatórios de gestão da UFSCar, publicados anualmente, apresentam dados referentes ao desenvolvimento institucional em seus diferentes campi, incluindo informações sobre discentes, servidores, projetos, ações desenvolvidas, gastos e, de modo relevante para esta pesquisa, indicadores das atividades de extensão. Esses documentos estão disponíveis em plataforma institucional, sendo a análise iniciada a partir do primeiro relatório disponível, referente ao ano de 2017.

A análise do relatório de 2017 revela que foram cadastrados 1.438 projetos de extensão, contemplando diversas modalidades de ações extensionistas, conforme a concepção ampliada adotada pela instituição. O documento atribui à Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) a responsabilidade pela organização, seleção e apoio às propostas, abrangendo atividades culturais, cursos de especialização, eventos e ACIEPEs. Entre os destaques, registra-se a consolidação de projetos intercampi e o investimento de aproximadamente meio milhão de reais, provenientes de receitas residuais de projetos junto à Fundação de Apoio, destinados ao Programa Especial de Apoio às Atividades de Extensão.

O relatório de 2018 ressalta a contribuição da extensão universitária para a assistência em saúde, especialmente por meio do Hospital Universitário Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci e da Unidade Saúde Escola, que cumprem dupla função: oferecer práticas profissionais aos estudantes e atender à população. No total, foram registradas 1.398 atividades de extensão ativas, entre novos projetos e atividades especiais de continuidade. Destaca-se também a participação expressiva da comunidade acadêmica, com 8.060 envolvimento de discentes, docentes e técnicos-administrativos.

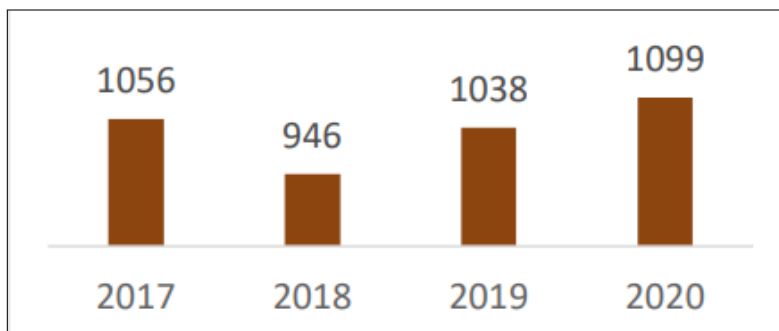
O relatório de 2019 mantém o destaque para a área da saúde e reafirma a definição institucional de extensão como processo voltado a tornar o conhecimento acessível à sociedade. Nesse ano, foram cadastrados 1.038 novos projetos. O relatório aponta avanços administrativos, como a criação do Departamento de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos (DIRC), responsável pela oferta de cursos de curta duração, e inovações na gestão, como a implantação do Painel de Controle para monitoramento de projetos e a adoção do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para registro e pagamento de bolsistas. Contudo, verifica-se redução orçamentária: a ProEx contou com pouco menos de novecentos mil reais, valor cerca de 12,7% inferior ao de 2018.

O relatório de 2020, referente ao ano inicial da pandemia de COVID-19, revela adaptações e migração de atividades para a modalidade remota. Apesar do contexto de isolamento social, o número de ações extensionistas superou o registrado em 2019, evidenciando resiliência institucional. Entre

as inovações administrativas, destaca-se a emissão digital e automatizada de certificados de cursos de especialização e aperfeiçoamento, bem como a integração entre SEI e ProExWeb para tramitação e aprovação de projetos. O orçamento, entretanto, manteve-se no mesmo patamar do ano anterior.

A análise comparativa (Figura 1) revela alguns pontos críticos, por exemplo, em 2018, ano de mudança na reitoria, houve queda no registro de novas atividades, o que pode indicar diferenças no incentivo à extensão universitária. Em contrapartida, o ano de 2020 registrou crescimento mesmo diante da crise sanitária, reforçando o papel estratégico da extensão em contextos adversos.

Figura 1: Número de ações extensionistas registradas na UFSCar, entre os anos de 2017 e 2020.



Fonte: Relatório de Gestão UFSCar 2020 (UFSCar, 2020).

O financiamento da extensão universitária tem ocupado historicamente um lugar central nas reivindicações do campo, diante da necessidade constante de fomentar projetos sistemáticos nas Instituições Públicas de Ensino Superior (Forproex, 2006). Nesse contexto, nota-se que, a partir de 2008, os investimentos nacionais voltados à extensão cresceram de forma expressiva em comparação com outras atividades acadêmicas, registrando um aumento de quase dezenove vezes no volume de financiamento e de trinta e seis vezes no número de projetos submetidos.

Essa expansão evidencia que os pesquisadores das IES têm direcionado esforços para a área (Incrocci; Andrade, 2018). Cabe, contudo, refletir sobre a forma como essas ações são concebidas e conduzidas. Como aponta Angelim (2010), é necessário superar uma perspectiva salvacionista da extensão universitária, o que só será possível quando se avançar de uma visão impositiva em relação à comunidade para uma compreensão efetiva de suas demandas.

ACIEPEs: indissociabilidade universitária e diálogo com a comunidade

As Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPEs) constituem uma particularidade da UFSCar, articulando os três pilares universitários com a participação conjunta de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Essas atividades intensificam o contato da universidade com diferentes segmentos da sociedade, fortalecendo o compromisso social institucional e ampliando as experiências formativas na graduação e na pós-graduação.

No campus Lagoa do Sino, a primeira ACIEPE foi ofertada no segundo semestre de 2015. Desde então, observa-se um conjunto diversificado de iniciativas, conforme o Quadro 2, que reúne as atividades realizadas entre 2015 e o primeiro semestre de 2023.

Quadro 2 - ACIEPEs realizadas no campus Lagoa do Sino, entre os anos de 2015 e 2023.

ACIEPE	ANO DE REALIZAÇÃO
A matemática fundamental em uma abordagem curiosa e divertida	2015
A química como instrumento de formação de conhecimento	2015
A química como instrumento de formação de conhecimento	2016
Bases matemáticas para Engenharia de Alimentos	2016
Difundindo e popularizando a Hidroponia pela UFSCar: Interação Ensino básico-graduação	2016
Curso de Conversação em Inglês: interagindo em inglês na Lagoa do Sino	2017
Desenho Assistido por Computador - AutoCAD	2017
Difundindo e Popularizando a Hidroponia pela UFSCar: Pesquisa em Fisiologia vegetal com aplicação na tecnologia de óleos	2017
Difundindo e Popularizando a identificação de espécies arbóreas pela UFSCar: utilização de smartphones como ferramenta metodológica no aprendizado da botânica	2017
Gestão de Finanças Pessoais: Do Orçamento Doméstico à Noções Básicas de Aplicações Financeiras	2017
O universo acadêmico no campus Lagoa do Sino - uma amostra das atividades de ensino, pesquisa e extensão	2017
Cine ECOFALANTE e Debates: Desenvolvimento em Crise	2018
Entomologia Agrícola na Escola	2022

Fonte: autoria própria (2024)

A análise do quadro evidencia que, nos primeiros anos do campus, houve maior oferta de ACIEPEs, com queda significativa a partir de 2018, momento que coincide com a mudança de reitoria. As temáticas das ACIEPEs ofertadas no Lagoa do Sino distribuem-se, sobretudo, em dois eixos: (i) educação e ensino, com atividades voltadas para a formação de professores da educação básica da região; e (ii) agricultura e ruralidade, em consonância com o caráter agrícola da região e a localização do campus em uma fazenda. Algumas experiências se destacam por terem sido realizadas em espaços públicos das cidades vizinhas, em parceria com prefeituras, como os projetos de hidroponia (2017), de identificação de espécies arbóreas com uso de smartphones (2017) e o Cine Ecofalante (2018). Essas iniciativas evidenciam a vocação extensionista para o envolvimento direto das comunidades locais.

Entretanto, nota-se que poucas ACIEPEs apresentam continuidade: a maioria tem caráter pontual, sem se renovar ao longo dos anos. Considerando o potencial dessas atividades como instrumentos de integração com a comunidade, seria necessário reconhecer as especificidades de um campus rural e planejar ações de maior permanência. Nesse sentido, Delgado (2001) observa que o êxito da extensão em áreas rurais depende da articulação entre diferentes atores: agricultores familiares, pescadores artesanais, agências governamentais, ONGs e universidades, em processos coletivos e dialógicos. Assim, as ACIEPEs podem constituir espaços estratégicos para promover esse diálogo contínuo, fortalecendo o desenvolvimento territorial e a valorização dos saberes locais.

Considerações

O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar a extensão universitária no campus Lagoa do Sino, considerando seu contexto de criação e desenvolvimento, bem como identificar de que maneira a extensão é retratada nos documentos institucionais e, sobretudo, em sua prática cotidiana.

Os dados sugerem que, nos documentos oficiais, a extensão é apresentada como o principal mecanismo de promoção do desenvolvimento regional, reiterando o compromisso e a responsabilidade social da UFSCar diante das demandas da comunidade local. Uma das descobertas mais relevantes foi a constatação de que o PDI e outros documentos institucionais reforçam a necessidade do diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade, por meio de práticas educativas baseadas na experimentação, na troca de experiências e na construção coletiva do conhecimento.

Esses resultados indicam que a valorização do saber regional e a interação dialógica entre universidade e sociedade estão no cerne da proposta extensionista do campus Lagoa do Sino. De forma conjunta, as evidências apontam que as atividades não se configuram como práticas assistencialistas, mas como ações educativas, culturais e científicas, aproximando-se do que Freire denomina extensão acadêmica institucional. Tal perspectiva promove um processo democrático, interdisciplinar e problematizador, capaz de instrumentalizar a articulação entre teoria e prática e de ampliar a compreensão da realidade social.

Apesar dos avanços identificados, é importante reconhecer que a consolidação da extensão universitária também enfrenta desafios significativos. As práticas extensionistas ainda são atravessadas pela precarização das condições de trabalho de pesquisadores, estudantes e gestores, especialmente no que se refere à disponibilidade de recursos financeiros e humanos. A fragilidade orçamentária, a sobrecarga de funções e a falta de continuidade de políticas de incentivo podem limitar o alcance e a sustentabilidade das ações. Dessa forma, torna-se fundamental ampliar o debate sobre as condições materiais e institucionais que sustentam a extensão, de modo a garantir que seu potencial transformador se efetive de maneira plena e contínua.

Essas descobertas avançam nas discussões sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em contextos rurais, contribuindo tanto para a literatura quanto para a prática universitária, sobretudo em regiões de baixo IDH e forte vocação agrícola. Novos estudos com foco na permanência e continuidade das ações extensionistas são necessários, a fim de compreender melhor seus impactos na transformação social e no fortalecimento da relação entre universidade e comunidade.

Referências

- AGUIAR, M. R. V. D.; KOCOUREK, S.; OLIVEIRA, J. L. D.; RODRIGUES, A. C. Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 305-316, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.1952>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- ANGELIM, M. L. P. Universidade de Brasília: Extensão Universitária e as Práticas de Educação Popular. **Participação**, [S. l.], n. 18, p. 55-60, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/22740>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- DELGADO, N. G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesca: reflexões metodológicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 9, n. 1, p. 62-73, 2001. Disponível em: <https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/186/182>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- FELTRE, C.; PAULILLO, L. F. O. A pluralidade nas transações de cana-de-açúcar no oeste paulista. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v. 17, n. 6, p. 661-678, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552013000600003>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v. 1).
- FRAGA, L. S. **Extensão e transferência de conhecimento**: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. 2012. 242 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.903143>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1969.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1987.
- GADOTTI, M. **Extensão universitária**: para quê. Instituto Paulo Freire, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-18, fev. 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- INCROCCI, L. M. D. M. C.; ANDRADE, T. H. N. D. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 187-212, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301008>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- MIRRA, E. **A ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.
- MOTA, I. D. D.; TENA, L. P.; SÉLLOS-KNOERR, V. C. D. O novo marco regulatório da extensão universitária no Brasil: uma contribuição para a política de promoção humana. **Revista Brasileira de Direito**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 79-110, set. 2019. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/3845>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- OLACHEA, L. La nueva responsabilidad de la universidad en el desarrollo regional. In: Foro Académico ITSON, 2011, Obregón. **Anais [...]** Obregón: Instituto Tecnológico de Sonora, 2011.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SANTOS, J. H. D. S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>. Acesso em: 16 set. 2025.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências**, Rio Grande, RS, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 12 set. 2025.

SERRANO, M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de pesquisa em extensão popular**, v. 13, n. 8, p. 1-15, 2013.

SILVA, L. F. **Derrubando cercas e dialogando saberes: desafios para uma extensão universitária transformadora em assentamentos rurais no sudeste da Amazônia Paraense**. 2022. 332 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

SILVA, W. P. Extensão universitária: um conceito em construção. **Extensão & Sociedade da UFRN**, Rio Grande do Norte, v. 11, n. 2, p. 21-32, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensionesociedade/article/view/22491>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SILVA, W. S. A pesquisa qualitativa em educação. **Horizontes – Revista de Educação**, Dourados, MS, v. 2, n. 3, p. 97-105, mar. 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/3759>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SOUZA, J. F. R. de; CERQUEIRA, B. R. S. de. Ciência, tecnologia e sociedade na extensão universitária: análise dos projetos extensionistas no campus Lagoa do Sino da UFSCar. **Indagatio Didactica**, v. 16, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34624/id.v16i3.38511>. Acesso em: 16 mar. 2026.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados**. 1. ed. Barcelona: Grupo Planeta, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013**. São Carlos: UFSCar, 2013. Disponível em: <http://www.pdi.ufscar.br/index.html>. Acesso em: 10 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). Conselho de Extensão – CoEx. **Resolução CoEx n.º 3, de 17 de março de 2016**. Aprova o Regimento Geral da Extensão da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2016. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1880553&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 22 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar). **Proposta para implantação do campus rural Lagoa do Sino da UFSCar**. São Carlos, 2011. Disponível em: https://www.ufscar.br/documentos/projeto_lagoadosino.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.